

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



सत्यमेव जयते

SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

ORDER

Portaria

In exercise of the powers conferred upon me by clause 2 of the Goa, Daman, and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order 1962, and notwithstanding anything contained in any law for the time being in force within this Territory.

I hereby make the following order:

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 da «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

Preliminary

Introdução

1. This order shall be called the Press and Registration of Books Order 1962. It shall extend to the whole of the Union Territory of Goa, Daman and Diu on the 20th December, 1961.

2. *Interpretation Clause:* In this Order, unless there shall be something repugnant in the subject or context:

(a) «Book» includes every volume, part or division of a volume, and pamphlet, in any language, and every sheet of music, map, chart or plan separately printed;

(b) «Editor» means the person who controls the selection of the matter that is published in a newspaper;

(c) «Newspaper» means any printed periodical work containing public news or comments on public news;

(d) «Paper» means any document, including a newspaper, other than a book;

(e) «Prescribed» means prescribed by rules made by the Administration of Goa, Daman and Diu under clause 20A;

(f) «Press Registrar» means the Registrar of News papers for the Union Territory of Goa, Daman and Diu appointed by the Administrator, Goa, Daman and Diu under section 19A and includes any other person appointed by the Administrator, Goa, Daman and Diu to perform all or any of the functions of the Press Registrar;

(g) «Printing» includes cyclostyling and printing by lithography;

(h) «Register» means the Register of newspapers maintained under section 19B.

1. Esta portaria será denominada «Press and Registration of Books Order 1962», e será extensiva a todo o território da União de Goa, Damão e Dio, com efeito a partir de 20 de Dezembro de 1961.

2. *Modo de interpretação:* Nesta portaria, salvo o que haja de incompatível com a matéria ou disposto nesta:

(a) «Livro» abrange todo o volume, parte ou divisão dum volume, panfleto, em qualquer língua, e toda a folha musical, mapa, carta ou planta, separadamente impressos;

(b) «Redactor», quer dizer o indivíduo que superintende na escolha da matéria a ser publicada num jornal;

(c) «Jornal», significa qualquer obra impressa, de carácter periódico, contendo noticiário ou comentários sobre notícias públicas;

(d) «Paper», significa qualquer documento, incluindo um jornal, com excepção de livros;

(e) «Prescrita», quer dizer, estabelecida pelas regras formuladas pela Administração de Goa, Damão e Dio, nos termos do artigo 20A;

(f) «Registador da Imprensa», quer dizer Registador dos jornais para o território da União, de Goa, Damão e Dio, nomeado pelo Administrador de Goa, Damão e Dio, nos termos do artigo 19A e inclui qualquer outro indivíduo nomeado pelo Administrador de Goa, Damão e Dio, para exercer, todas ou parte das funções do Registador da Imprensa;

(g) «Impressão», inclui impressão a copiógrafo e por meio de litografia;

(h) «Livro de registo», significa o registo de jornais mantido nos termos do artigo 19B.

PART II

Of Printing Press and Newspapers

3. *Particulars to be printed on books and newspapers:* Every book or paper printed within the Union Territory of Goa, Daman and Diu shall have printed legibly on it the name of the printer and the place of printing, and if the book or paper be published the name of the publisher and the place of publication.

4. *Keeper of printing-press to make declaration:*

(1) No person shall within the Union Territory of Goa, Daman and Diu, keep in his possession any press for the printing of books or papers, who shall not have made and subscribed the following declaration before the «Juiz da Comarca or Juiz do Julgado» within whose local jurisdiction such press may be:

«I, A. B., declare that I have a press for printing at ...».

And this last blank shall be filled up with a true and precise description of the place where such Press may be situated.

(2) As often as the place where a press is kept is changed a new declaration shall be necessary:

Provided that where the change is for a period not exceeding sixty days and the press is kept after the change within the local jurisdiction of the Magistrate referred to in sub-section (1), no new declaration shall be necessary if:

(a) a statement relating to the change is furnished to the said Magistrate within twenty-four hours thereof and

(b) the keeper of the press continues to be the same.

5. *Rules as to publication of newspapers:* No newspaper shall be published in Union Territory of Goa, Daman and Diu, except in conformity with the rules herein after laid down:

(1) Every copy of each newspaper shall contain the name of the person who is the Editor thereof printed clearly on such copy as the name of the Editor of that newspaper:

(2) The printer and the publisher of every such newspaper shall appear in person or by agent authorised in this behalf in accordance with rules made under section 20, before the «Juiz da Comarca» or «Juiz do Julgado» within whose local jurisdiction such newspaper shall be printed or published, or such printer or publisher resides, and shall make and subscribe, in duplicate, the following declaration:

«I, A. B., declare that I am the printer or publisher or printer and publisher of the newspaper entitled ... and to be printed or published, or to be printed and published, as the case may be at ...».

And the last blank in this form of declaration shall be filled up with a true and precise account of the premises where the printing or publication is conducted:

(2A) Every declaration under rule (2) shall specify the title of the newspaper, the language in which it is to be published and the periodicity of its publication and shall contain such other particulars as may be prescribed.

II PARTE

Das tipografias e jornais

3. *Pormenores a serem impressos nos livros e jornais:* Todo o livro e jornal impressos no território da União, de Goa, Damão e Dio, deverão ter impressos neles, em caracteres legíveis, o nome da tipografia e o local onde forem impressos. No caso da publicação de um livro ou jornal deverá deles constar o nome do editor e o local da publicação.

4. *Declaração a ser prestada pelo dono da tipografia:*

(1) Nenhum indivíduo poderá possuir no território da União, de Goa, Damão e Dio qualquer tipografia para imprimir livros ou jornais, quando não tenha prestado e subscrito a seguinte declaração, na presença do Juiz da Comarca ou do Juiz do Julgado em cuja jurisdição esteja instalada a tipografia:

«Eu, A. B., declaro que possuo uma tipografia em ...».

O espaço em branco deverá ser preenchido com a descrição exacta e completa do local onde tal tipografia fique situada.

(2) Sempre que haja mudança do local em que a tipografia se acha instalada haverá lugar para nova declaração.

No caso em que a mudança do local não seja por período superior a 60 dias e desde que a tipografia, após essa mudança, fique instalada no local sob a jurisdição do Juiz a que se refere a alínea (1), não será necessário prestar uma nova declaração, se:

(a) for submetida ao dito Juiz, uma declaração referente a mudança do local, no prazo de 24 horas, a contar da referida mudança, e

(b) o dono da tipografia continuar a ser o mesmo.

5. *Normas para a publicação de jornais:*

Nenhum jornal poderá ser publicado no território da União, de Goa, Damão e Dio, sem que esteja de conformidade com as normas ora estabelecidas.

(1) De cada um dos exemplares dos jornais publicados constará o nome do indivíduo que seja o respectivo redactor, com indicação clara dessa sua qualidade.

(2) O impressor e o editor de cada jornal, deverão comparecer pessoalmente ou fazerem-se representar por pessoas autorizadas para esse efeito, nos termos das regras formuladas segundo o disposto no artigo 20, perante o Juiz da Comarca ou Juiz do Julgado em cuja jurisdição o jornal é impresso ou publicado, ou o respectivo impressor ou o editor reside, a fim de os mesmos prestarem a seguinte declaração, devidamente assinada, em duplicado:

«Eu, A. B., declaro que sou o impressor ou editor ou o impressor e editor do jornal intitulado ..., a ser impresso ou publicado, ou impresso e publicado, conforme o caso, em ...».

O espaço em branco no modelo indicado da declaração, deverá ser preenchido com a descrição exacta e completa das instalações onde a impressão ou publicação é feita.

(2A) As declarações, nos termos do disposto no artigo (2) deverão indicar especificadamente o nome do jornal, a língua em que será publicado e a frequência da sua publicação, bem como outros esclarecimentos que possam ser exigidos.

(3) As often as the place of printing or publication is changed, a new declaration shall be necessary:

Provided that where the change is for a period not exceeding thirty days and the place of printing or publication after the change is within the local jurisdiction of the Judge referred to in rule (2), no new declaration shall be necessary if

(a) a statement relating to the change is furnished to the said judge within twenty-four hours thereof; and

(b) the printer or publisher or the printer and publisher of the newspaper continues to be the same.

(4) As often as the printer or the publisher who shall have made such declaration as is aforesaid shall leave India for a period exceeding thirty days, a new declaration from a printer or publisher resident within the said territories shall be necessary.

(5) Every declaration made in respect of a newspaper shall be void, where the newspaper does not commence publication,

(a) within six weeks of the declaration, in the case of a newspaper, to be published once a week or oftener; and

(b) within three months of the declaration in the case of any other newspaper and in every such case, a new declaration shall be necessary before the newspaper can be published.

(6) Where, in any period of three months, any daily, tri-weekly, bi-weekly, weekly or fortnightly newspaper publishes issues the number of which is less than half of what should have been published in accordance with the declaration made in respect thereof, the declaration shall cease to have effect and a new declaration shall be necessary before the publication of the newspaper can be continued.

(7) Where any other newspaper has ceased publication for a period exceeding twelve months every declaration made in respect thereof shall cease to have effect, and a new declaration shall be necessary before the newspaper can be re-published.

(8) Every existing declaration in respect of a newspaper shall be cancelled by the judge before whom a new declaration is made and subscribed in respect of the same.

(a) Provided that no person who has not attained majority in accordance with the provisions of the Indian Majority Act, 1875 (IX of 1875) or of the law to which he is subject in respect of the attainment of majority, shall be permitted to make the declaration prescribed by this section, nor shall any such person edit a newspaper.

6. Authentication of declaration: Each of the two originals of every declaration so made and subscribed as is aforesaid, shall be authenticated by the signature and official seal of the judge before whom the said declaration shall have been made.

Provided that where any declaration is made and subscribed under section 5 in respect of a newspaper owned by the same person, be so authenticated unless the judge is satisfied from such inquiry as he thinks fit to make from the Press Registrar or otherwise that the newspaper proposed to be published does not bear a title which is the same as, or similar to, that of any other newspaper published in the same language.

Deposit: One of the said originals shall be deposited among the records of the office of the judge, and the other shall be deposited among the records of the High Court of Judicature, or 3 (other principal Civil Court of original jurisdiction for the

(3) Sempre que haja mudança do local em que é feita a impressão ou a publicação, será necessário prestar uma nova declaração.

No caso em que a mudança não seja por período superior a 30 dias e o local de impressão ou publicação, após essa mudança, fique na área da jurisdição do Juiz a que se refere o disposto no artigo 2, não será necessário prestar uma nova declaração, se

(a) for submetida ao dito Juiz uma declaração em relação a essa mudança no prazo de 24 horas; e

(b) o impressor ou o editor ou o impressor e o editor do jornal continuarem a ser os mesmos.

(4) Todas as vezes que o impressor ou o editor que tiver prestado a declaração acima mencionada, ausentar-se da Índia por período superior a 30 dias, será necessária uma nova declaração prestada por um impressor ou editor com residência nos referidos territórios.

(5) Serão nulas as declarações prestadas em relação a qualquer jornal, no caso em que esse jornal não comece a publicação,

(a) no período de 6 semanas, a partir da data da declaração, tratando-se de jornais de publicação semanal ou de publicação mais frequente.

(b) no período de 3 meses a partir da data da declaração, tratando-se de qualquer outro jornal, e em cada um desses casos será necessário prestar uma nova declaração antes do jornal poder ser publicado.

(6) No caso em que no espaço de 3 meses, a tiragem de qualquer jornal de publicação diária, trisemanal, bi-semanal, semanal ou quinzenal, for inferior à metade daquela que deveria ter sido feita segundo a declaração prestada a esse respeito, essa declaração ficará sem efeito devendo ser necessário prestar outra antes que a publicação do jornal possa ser continuada.

(7) Quando qualquer jornal tenha suspenso a publicação por um período superior a 12 meses, todas as declarações prestadas em relação ao mesmo jornal ficarão sem efeito e uma nova declaração será necessária antes que o jornal possa ser novamente publicado.

(8) As declarações existentes, em relação a qualquer jornal, serão anuladas pelo Juiz perante o qual for prestada uma nova declaração referente ao mesmo jornal, devidamente assinada:

(a) Nenhum indivíduo que não tenha atingido a maioridade, de acordo com o disposto no «India Majority Act, 1875 (IX de 1875)» ou com a lei a que estiver sujeito no tocante a maioridade, será autorizado a prestar a declaração exigida por este artigo, nem poderá editar um jornal.

Autenticação da declaração: Duas vias originais de cada uma das declarações prestadas e assinadas de forma acima referida, deverão ser autenticadas mediante assinatura e selo oficial do Juiz perante o qual as mesmas declarações tiverem sido prestadas.

Qualquer declaração prestada e assinada, nos termos do artigo 5, em relação a um jornal de que o declarante seja proprietário, será autenticada, só se o Juiz, após indagações que ele achar conveniente, fizer junto do Arquivo da Imprensa ou de qualquer outra forma chegar a apurar que o jornal a ser publicado não leva o mesmo nome ou nome similar ao de qualquer outro jornal publicado na mesma língua.

Arquivo: Uma das ditas vias originais será arquivada no Juízo e a outra será arquivada no Tribunal da Relação ou Tribunal da comarca com jurisdição

place where) the said declaration shall have been made:

Inspection and supply of copies: The officer-in-charge of each original shall allow any person to inspect that original on payment of a fee of one rupee, and shall give to any person applying a copy of the said declaration, attested by the seal of the Court which has the custody of the original, on payment of a fee of two rupees.

(2) A copy of the declaration attested by the official seal of the judge shall be forwarded to the Press Registrar.

7. Office copy of declaration to be prima facie evidence: In any legal proceeding whatever, as well civil as criminal, the production of a copy of such declaration as is aforesaid, attested by the seal of some Court empowered by this Order to have the custody of such declarations, or, in the case of the editor, a copy of the newspaper containing his name printed on it as that of the editor, shall be held, unless the contrary be proved to be sufficient evidence as against the person whose name shall be subscribed to such declaration, or printed on such newspaper, as the case may be that the said person was printer or publisher, or printer and publisher according as the words of the said declaration may be of every portion of every newspaper whereof the title shall correspond with the title of the newspaper mentioned in the declaration or the editor of every portion of that issue of the newspaper of which a copy is produced.

8. New declaration by persons who have signed declaration and subsequently ceased to be printers and publishers: If any person has subscribed to any declaration in respect of a newspaper under section 5 and the declaration has been authenticated by a judge under section 6 and that person ceases to be the printer or publisher of the newspaper mentioned in such declaration, he shall appear before any «Juiz da Comarca» or «Juiz do Julgado» Presidency or Sub-divisional Magistrate and make and subscribe in duplicate the following declarations:

«I. A. B., declare that I have ceased to be the printer or publisher, or printer and publisher of the newspaper entitled...»

Authentication and filing: Each original of the latter declaration shall be authenticated by the signature and seal of the Judge before whom the said latter declaration shall have been made, and one original of the said latter declaration shall be filed along with each original of the former declaration.

Inspection and supply of copies: The Officer-in-charge of each original of the latter declaration shall allow any person applying to inspect that original on payment of a fee of one rupee, and shall give to any person applying a copy of the said latter declaration, attested by the seal of the Court having custody of the original, on a payment of a fee of two rupees.

Putting copy in evidence: In all trials in which a copy attested as is aforesaid of the former declaration shall have been put in evidence it shall be lawful to put in evidence a copy attested as is aforesaid, of the latter declaration, and the former declaration shall not be taken to be evidence that the declarant was at any period subsequent to the date

sobre a localidade em que a declaração tenha sido prestada.

Consulta e fornecimento de cópias: 1. O oficial encarregado do arquivo a cujo cargo estiverem as vias originais da declaração permitirá a consulta das mesmas a qualquer indivíduo, mediante o pagamento da taxa de 1 rupia e passará, quando requerida, uma cópia da dita declaração, autenticada com o selo do Tribunal em que a mesma esteja arquivada mediante o pagamento da taxa de 2 rupias.

2. Uma cópia da declaração, autenticada com selo oficial do Juízo será remetida ao Registrador da Imprensa.

7. Cópia arquivada da declaração constituirá prova «prima facie»:

Em qualquer acto judicial, tanto cível como criminal, a apresentação duma cópia da dita declaração, confirmada com o selo de qualquer Tribunal autorizado pela presente portaria a ter à sua guarda tais declarações, ou, no caso de redactor, uma cópia do jornal em que o seu nome nele impresso indique a qualidade de redactor, constituirá prova bastante, desde que não se faça prova suficiente em contrário, contra o indivíduo que tiver assinado a declaração, ou cujo nome impresso conste de tal jornal conforme se trate de ser, o dito indivíduo, o impressor ou editor ou impressor e editor, de acordo com o texto da declaração, de todas as secções de cada jornal em que o título corresponda ao nome do jornal mencionado na declaração ou o redactor de cada uma das partes daquela edição do jornal do qual for produzida uma cópia.

8. Nova declaração a ser prestada por indivíduos que assinaram a declaração e posteriormente deixaram de ser impressores e editores:

Todo o indivíduo que tiver assinado qualquer declaração em relação a um jornal, nos termos do artigo 5, e a declaração tiver sido autenticada pelo juiz, nos termos do artigo 6, deixar de ser o impressor ou editor do jornal mencionado nessa declaração, deverá comparecer perante qualquer Juiz da Comarca ou Juiz do julgado, magistrado da presidência ou da subdivisão, prestar e assinar as seguintes declarações, em duplicado:

«Eu, A. B., declaro que deixei de ser impressor ou editor ou impressor e editor do jornal intitulado...».

Autenticação e arquivo: Cada via original desta última declaração será autenticada com a assinatura e selo do Juiz perante o qual for a mesma prestada e uma das vias originais será arquivada juntamente com cada via original da declaração anterior.

Consulta e fornecimento de cópias: O oficial encarregado do arquivo a cujo cargo estejam as vias originais desta última declaração, permitirá a qualquer indivíduo, quando requeira, a sua consulta mediante o pagamento de uma rupia e passará a qualquer indivíduo, que o requeira, uma cópia da mesma declaração, confirmada pelo selo do Tribunal que tenha a sua guarda o original, mediante o pagamento de 2 rupias.

Apresentação de cópia como prova:

Em todos os julgamentos em que for apresentada como prova uma cópia da primeira declaração, devidamente confirmada de forma acima mencionada, será legal contrapor como prova uma cópia da segunda declaração, confirmada nos termos indicados. Neste caso a primeira declaração não valerá como

of the latter declaration, printer or publisher, of the (newspaper) therein mentioned.

A copy of the latter declaration attested by the official seal of the Magistrate shall be forwarded to the Press Registrar.

8A. *Person whose name has been incorrectly published as editor may make a declaration before a Judge:* If any person, whose name has appeared as editor, on a copy of a newspaper, claims that he was not the editor of the issue on which his name has so appeared, he may within two weeks of his becoming aware that his name has been so published, appear before a «Juiz de Comarca» or «Juiz do Julgado» and make a declaration that his name was incorrectly published in that issue as that of the editor thereof and if the Judge after making such inquiry or causing such inquiry to be made as he may consider necessary is satisfied as such declaration is true, he shall certify accordingly, and on that certificate being given the provisions of section 7 shall not apply to that person in respect of that issue of the newspaper.

The judge may extend the period allowed by this section in any case where he is satisfied that such person was prevented by sufficient cause from appearing and making the declaration within that period.

PART III

Delivery of books

9. *Copies of books printed after commencement of the Order to be delivered to Government:* Printed copies of the whole of every book which shall be printed in Union Territory of Goa, Daman and Diu after this Order shall come into force, together with all maps, prints or other engravings belonging thereto, finished and coloured in the same manner as the best copies of the same, shall, notwithstanding any agreement, if the book be published, between the printer and the publisher thereof be delivered by the printer at such place and to such office as the Administration shall, by notification in the Government Gazette, from time to time, direct and free of expense to the Government, as follows, that is to say:

(a) in any case, within one calendar month after the day on which any such book shall first be delivered out of the press, one such copy and,

(b) if within one calendar year from such day the Administration shall require the printer to deliver other such copies not exceeding two in number, then within one calendar month after the day on which any such requisition shall be made by the Administration on the printer, another such copy, or two of such copies, as the Administration may direct, the copies so delivered being bound, sewed or stitched together and upon the best paper on which any copies of the book shall be printed.

The publisher or other person employing the printer shall, at a reasonable time before the expiry of the said month, supply him with all maps, prints and engravings finished and coloured as aforesaid, which may be necessary to enable him to comply with the requirements aforesaid.

Nothing in the former part of this section shall apply to:

(i) any second or subsequent edition of a book in which edition no additions or alterations either in

prova de que o declarante era, em qualquer período subsequente à data da última declaração, o impressor ou editor do jornal mencionado na dita declaração.

Uma cópia da segunda declaração, confirmada com o selo oficial do Juiz, será remetida ao Registrador da Imprensa.

8 A. *Todo o indivíduo cujo nome tenha sido indevidamente publicado como o de redactor, poderá apresentar uma declaração perante um Juiz:*

Se qualquer indivíduo, cujo nome tenha sido publicado como sendo o de seu redactor, objectar que não era o redactor daquela edição do jornal em que figurava o seu nome, poderá o mesmo, no prazo de 2 semanas a partir da data em que tomar conhecimento desse facto, comparecer, perante o Juiz da Comarca ou do Julgado e prestar uma declaração de que o seu nome foi indevidamente publicado naquela edição como sendo o do redactor da mesma. O juiz, se der por satisfeito, após ter averiguado ou ordenado a averiguação que julgar necessária, de que a dita declaração é verdadeira, certificará o facto e sendo passado esse certificado, o disposto no artigo 7 não será aplicável ao indivíduo relacionado com aquela edição do jornal.

O juiz poderá prorrogar o prazo estabelecido por este artigo, nos casos em que se convença de que o indivíduo interessado ficou privado de comparecer e prestar a declaração dentro do prazo estabelecido, por razões aceitáveis.

III PARTE

Remessa de livros

9. *Cópias de livros impressos após a entrada em vigor de portaria, a serem remetidos ao Governo:*

Cópias impressas e completas de todos os livros que forem publicados no território de Goa, Damão e Diu, após a entrada em vigor desta portaria, bem como todos os mapas, modelos e outras gravuras relacionados com os mesmos, completos e impressos a cores, da mesma maneira como os melhores exemplares (best copies) dos mesmos, deverão ser enviados gratuitamente pelo impressor, não obstante qualquer acordo entre ele e o editor do mesmo, caso o livro seja publicado, para o local e repartição indicados pela Administração mediante despacho publicado no *Boletim Oficial*, observando-se o seguinte:

(a) Em todos os casos e dentro do prazo de um mês (30 dias) a partir da data em que o livro sair do prelo, pela primeira vez, deve ser remetida uma cópia e,

(b) Se dentro do prazo de um ano a partir da data em que a Administração exigir do impressor a remessa de mais cópias semelhantes, não excedendo 2, o mesmo deverá, dentro do prazo de um mês (30 dias) a partir da data em que for feita a requisição pela Administração, remeter uma outra ou duas cópias iguais, conforme a Administração indicar, devendo as mesmas ser encadernadas e reunidas em volume e impressas no melhor papel em que tiver sido impresso qualquer outro exemplar do livro.

O editor ou qualquer outro indivíduo a quem o impressor estiver a servir deverá fornecer-lhe, alguns dias antes de terminar o dito mês, todos os mapas, modelos e gravuras, completos e impressos a cores como atrás se disse, que lhe sejam necessários para que possa satisfazer as condições acima mencionadas.

O disposto na primeira parte deste artigo não será aplicável a:

(1) Qualquer 2.^a edição ou edição posterior do livro na qual não forem feitas nenhuma alteração,

the letter-press or in the maps, book prints or other engravings belonging to the book have been made, and a copy of the first or some preceeding edition of which book has been delivered under this Order or

(ii) any newspaper published in conformity with the rules laid down in section 5 of this Order.

10. *Receipt for copies delivered under section 9:* The officer to whom a copy of a book is delivered under the last foregoing section shall give to the printer a receipt in writing thereof.

11. *Disposal of copies delivered under section 9:* The copy delivered pursuant to clause (a) of the first paragraph of section 9 of this Order shall be disposed of as the Administration shall from time to time determine. Any copy or copies delivered pursuant to clause (b) of the said paragraph shall be transmitted to the Central Government.

11A. *Copies of newspapers printed in Goa, Daman and Diu to be delivered gratis to Administration:*

The printer of every newspaper in Goa, Daman and Diu shall deliver at such place and to such officer as the Administration may, by notification in the Government Gazette, direct and free of expense to the Government, two copies of each issue of such newspapers as soon as it is published.

11B. *Copies of newspapers to be delivered to the Press Registrar:* Subject to any rules that may be made under this Order, the publisher of every newspaper in Goa, Daman and Diu shall deliver free of expense to the Press Registrar one copy of each issue of such newspaper as soon as it is published.

PART IV

Penalties

12. *Penalty for printing contrary to rule in section 3:* Whoever shall print or publish any book or paper otherwise than in conformity with the rule contained in section 3 of this Order shall, on conviction before a judge, be punished by fine not exceeding two thousand rupees, or by simple imprisonment for a term not exceeding six months or by both.

13. *Penalty for keeping press without making declaration required by section 4:* Whoever shall keep in his possession any such press as aforesaid, in contravention of any of the provisions contained in section 4 of this Order shall on conviction before a judge, be punished by fine not exceeding two thousand rupees, or by simple imprisonment for a term not exceeding six months, or by both.

14. *Punishment for making false statement:* Any person who shall in making any declaration or other statement under the authority of this make a statement which is false, and which he either knows or believes to be false or does not believe to be true, shall on conviction before a judge, be punished by fine not exceeding two thousand rupees, and imprisonment for a term not exceeding six months.

15. *Penalty for printing or publishing newspaper without conforming to rules:* Whoever shall edit, print or publish any newspaper without conforming to the rules hereinbefore laid down, or whoever shall edit, print or publish or shall cause to be edited, printed or published any newspaper knowing that

seja no tipo de impressão, ou nos mapas, modelos e outras gravuras pertencentes ao mesmo, posto que uma cópia da primeira edição ou qualquer edição posterior do mesmo tenha sido remetida nos termos desta portaria; ou

(2) Qualquer jornal publicado de harmonia com as disposições estabelecidas no artigo 5 desta portaria.

10. *Recibo das cópias remetidas de harmonia com o artigo 9:* O oficial a quem for remetida uma cópia de qualquer livro, nos termos do artigo 9, passará ao impressor um recibo por escrito.

11. *Disposição das cópias entregues, nos termos do artigo 9:* A cópia remetida de harmonia com a alínea (a) do § 1.º do artigo 9.º desta portaria, será dado o destino de maneira que for determinado pela Administração. Qualquer cópia ou cópias remetidas de acordo com a alínea (b) do referido parágrafo, serão enviadas ao Governo Central.

11-A. *Cópias de jornais impressos em Goa, Damão e Diu, deverão ser enviadas gratuitamente à Administração:* O impressor de cada jornal em Goa, Damão e Diu deverá remeter gratuitamente, ao local e ao oficial indicado pela Administração, mediante despacho no *Boletim Oficial*, duas cópias de cada exemplar dos referidos jornais, logo que o mesmo seja publicado.

11-B. *Cópias de jornais a serem remetidas para o Registador da Imprensa:*

De acordo com as disposições desta portaria, o redactor de cada jornal em Goa, Damão e Diu deverá remeter grátis ao Registador da Imprensa, uma cópia de cada exemplar do jornal, logo que este seja publicado.

IV PARTE

Penalidades

12. *Penalidade por impressão em contravenção do disposto no artigo 3:*

Qualquer indivíduo que imprimir ou publicar um livro ou jornal em contravenção do disposto no artigo 3 desta portaria, será julgado e punido com multa não excedente a duas mil rupias, ou com prisão simples, por um período não superior a 6 meses, ou com prisão e multa.

13. *Penalidade por possuir uma tipografia sem prestar a declaração exigida pelo artigo 4:*

Qualquer indivíduo que possuir uma tipografia, como atrás se disse em contravenção de qualquer disposição contida no artigo 4 desta portaria será julgado e punido com multa não excedente a duas mil rupias, ou com prisão simples por um período não superior a 6 meses, ou com prisão e multa.

14. *Penalidade por falsa declaração:*

Qualquer indivíduo que, ao prestar uma declaração ou um relatório perante uma autoridade, preste um esclarecimento falso, que ele sabe ou julgue ser falso ou não ser verdadeiro, será julgado e punido com multa não excedente a duas mil rupias, e prisão não superior a 6 meses.

15. *Penalidade por imprimir ou publicar jornal em contravenção do que se acha disposto:* Qualquer indivíduo que editar, imprimir ou publicar um jornal em contravenção das disposições desta portaria que antecedem ou qualquer indivíduo que editar, imprimir ou publicar ou mandar editar, imprimir ou publicar

the said rules have not been observed with respect to that newspaper, shall, on conviction before a judge, be punished with fine not exceeding two thousand rupees, or imprisonment for a term not exceeding six months or both.

15A. Penalty for failure to make a declaration under section 8: If any person who has ceased to be a printer or publisher of any newspaper fails or neglects to make a declaration in compliance with section 8, he shall on conviction before a judge, be punishable by fine not exceeding two hundred rupees.

16. Penalty for not delivering books or not supplying printer with maps: If any printer of such book as is referred to in section 9 of this Order shall neglect to deliver copies of the same pursuant to that section, he shall for every such default forfeit to the Administration such sum not exceeding fifty rupees as the judge having jurisdiction in the place where the book was printed may, on the application of the officer to whom the copies should have been delivered or of any person authorised by that officer in this behalf, determine to be in the circumstances a reasonable penalty for the default, and, in addition to such sum as the Administration may determine to be the value of the copies which the printer ought to have delivered.

If any publisher or other person employing any such printer shall neglect to supply him, in the manner prescribed in the second paragraph of section 9 of this Order, with the maps, prints or engravings which may be necessary to enable him to comply with the provisions of that section such publisher or other shall for every default forfeit to the Administration such sum not exceeding fifty rupees as such a Judge as aforesaid may on such an application as aforesaid, determine to be in the circumstances a reasonable penalty for the default, and in addition to such sum, such further sum as the Judge may determine to be the value of the maps, prints or engravings which such publisher or other person ought to have supplied.

16A. Penalty for failure to supply copies of newspapers gratis to the Administration: If any newspaper published in Goa, Daman and Diu neglects to deliver copies of the same in compliance with section 11A, he shall, on the complaint of the officer to whom copies should have been delivered or of any person authorised by that officer in this behalf, be punishable, on conviction by a Judge having jurisdiction in the place where the newspaper was printed, with fine which may extend to fifty rupees of every default.

16B. Penalty for failure to supply copies of newspapers to Press Registrar: If any publisher of any newspaper published in the Union Territory of Goa, Daman and Diu, neglects to deliver copies of the same in compliance with section 11B, he shall, on the complaint of the Press Registrar be punishable, on conviction by a Judge having jurisdiction in the place where the newspaper was printed, by fine which may extend to fifty rupees for every default.

17. Recovery of forfeitures and disposal thereof and of fines: Any sum forfeited to the Government under section 16 may be recovered under the warrant of the Judge determining the sum or of his successor in office, in the manner authorised and within the period prescribed by the law for the time being in force.

qualquer jornal sabendo que não foram cumpridas em relação ao mesmo, as disposições estabelecidas, será julgado e punido com multa não excedente a duas mil rupias ou prisão por período não superior a 6 meses ou multa e prisão.

15-A. Penalidade por não prestar a declaração nos termos do artigo 8: Se qualquer indivíduo que deixou de ser o impressor ou editor de qualquer jornal não prestar a declaração, nos termos do artigo 8, o mesmo será julgado e punido com multa não excedente a duzentas rupias.

16. Penalidade por não remeter livros ou não fornecer mapas ao impressor: Se o impressor de qualquer livro, referido no artigo 9 desta portaria, deixar de remeter cópias do mesmo, nos termos desse artigo, terá de pagar à Administração, por cada infracção, uma multa não excedente a 50 rupias que o juiz, em cuja jurisdição o livro tenha sido impresso, fixar, após ter recebido a participação do oficial a quem as cópias deveriam ter sido remetidas ou de qualquer outro indivíduo por ele autorizado para tal fim, como sendo, nessas circunstâncias, multa razoável pela infracção, além da importância que a Administração atribuir como valor das cópias que o impressor deveria ter remetido.

Se um editor ou qualquer outro indivíduo que contrate os serviços de um impressor nas condições referidas, deixar de lhe fornecer, de harmonia com o disposto no § 2 do artigo 9 desta portaria, mapas, modelos ou gravuras que se tornem necessários para o habilitarem a cumprir as disposições desse artigo, o mesmo editor ou o outro, pagará à Administração, por cada infracção, uma importância não excedente a 50 rupias que o juiz fixar, mediante participação, nas condições atrás referidas, como sendo no caso multa razoável pela infracção cometida, acrescida do quantitativo atribuído pelo juiz, correspondente ao valor dos mapas, modelos e gravuras, que o mesmo editor ou o outro indivíduo deveria ter fornecido.

16 A. Penalidade por não enviar, gratuitamente, exemplares dos jornais à Administração:

Se a redacção de qualquer jornal publicado em Goa, Damão e Diu, deixar de enviar exemplares do mesmo, nos termos do artigo 11 A, ficará a mesma sujeita, no caso de queixa apresentada pelo oficial a quem os exemplares deveriam ter sido enviados ou por qualquer outro indivíduo por ele autorizado para tal fim, a ser condenada mediante julgamento pelo juiz em cuja jurisdição esse jornal tiver sido impresso, a uma multa não excedente a 50 rupias por cada infracção.

16B. Penalidade por não enviar exemplares dos jornais ao Registador da Imprensa:

Se o editor de qualquer jornal publicado no território da União, de Goa, Damão e Diu, deixar de enviar exemplares do respectivo jornal, nos termos do artigo 11 B, o mesmo editor, quando houver queixa do Registador da Imprensa, ficará sujeito a ser condenado, mediante julgamento pelo Juiz em cuja jurisdição tal jornal tiver sido impresso, a uma multa que poderá ir até cinquenta rupias por cada infracção.

17. Cobrança e disposição das multas:

Qualquer multa a ser paga ao Governo, nos termos do artigo 16, poderá ser cobrada mediante mandato do juiz que fixar o quantitativo da mesma, ou do seu substituto, de acordo com a lei presentemente em vigor e dentro do prazo estabelecido.

PART V

Registration of Books

18. *Registration of Memoranda of books:* There shall be kept at such office, and by such officer as the Administration shall appoint in this behalf, a book to be called a Catalogue of Books printed in the Union Territory of Goa, Daman and Diu, wherein shall be registered a memorandum of every book which shall have been delivered pursuant to clause (a) of the first paragraph of section 9 of this Order. Such memorandum shall so far as may be practicable contain the following particulars that is to say:

- (1) The title of the book and the contents of the title-page with a translation into English of such title and contents, when the same are not in the English language;
 - (2) the language in which the book is written;
 - (3) the name of the author, translator or editor of the book or any part thereof;
 - (4) the subject;
 - (5) the place of printing and the place of publication;
 - (6) the name of firm of the printer and the name or firm of the publisher;
 - (7) the date of issue from the press or of the publication;
 - (8) the number of sheets, leaves or pages;
 - (9) the size;
 - (10) the first, second or other number of the edition;
 - (11) the number of copies of which the edition consists;
 - (12) whether the book is printed or cyclostyled or lithographed;
 - (13) the price at which the book is sold to the public; and
 - (14) the name and residence of the proprietor of the copyright or of any portion of such copyright.
- Such memorandum shall be made and registered in the case of each book as soon as practicable after the delivery of the copy thereof pursuant to clause (a) of the first paragraph of section 9.

19. *Publication of memorandum registered:* The memorandum registered during each quarter in the said Catalogue shall be published in the Government Gazette as soon as may be after the end of such quarter, and a copy of the memorandum so published shall be sent to the Central Government.

PART V-A

Registration of Newspapers

19. *Appointment of Press Registrar and other officers:* The Administration of the Union Territory of Goa, Daman and Diu may appoint a Registrar of newspapers for the Union Territory of Goa, Daman and Diu and such other officers under the general superintendence and control of the Press Registrar as may be necessary for the purpose of performing the functions assigned to them by or under this Order and may, by general or special order, provide for the distribution or allocation of functions to be performed by them under this Order.

19B. *Register of newspapers:* (1) The Press Registrar shall maintain in the prescribed manner a Register of newspapers.

(2) The Register shall, as far as may be practicable, contain the following particulars about every

V PARTE

Registo de livros

18. *Registo dos livros publicados:*

Na respectiva repartição e a cargo do official que for nomeado pela Administração para o fim em vista, ficará um registo, organizado e mantido em livro que será denominado Catálogo dos Livros impressos no território da União de Goa, Damão e Diu, no qual será lançada uma nota elucidativa sobre cada livro que tiver sido remetido de harmonia com a alínea (a) do § 1.º do artigo 9 desta portaria. Da referida nota constarão, na medida do possível, os seguintes esclarecimentos:

- (1) O título do livro e o conteúdo da página do rosto do mesmo com tradução em inglês desse título e conteúdo, quando não expressos na referida língua;
 - (2) A língua em que o livro estiver escrito;
 - (3) O nome do autor, tradutor ou editor do livro ou de qualquer parte dele;
 - (4) O assunto;
 - (5) O local de impressão e o da publicação;
 - (6) O nome da firma impressora e o da editora;
 - (7) A data em que o livro saiu do prelo ou a data da publicação;
 - (8) O número de folhas ou páginas;
 - (9) O formato;
 - (10) Se se trata da primeira, segunda, ou qualquer outra edição;
 - (11) O número de exemplares de cada edição;
 - (12) Se o livro é impresso, copiografado ou litografado;
 - (13) O preço de venda do livro ao público; e
 - (14) O nome e a residência do proprietário dos direitos de autor ou de uma parte desses direitos.
- O referido registo será efectuado em relação a cada livro, logo que seja possível e após a remessa do exemplar do mesmo, feita nos termos da alínea a) do § 1.º do artigo 9.

19. *Publicação do registo efectuado:*

O registo efectuado no referido catálogo, em cada trimestre, será publicado no *Boletim Oficial*, logo que seja possível, no fim desse trimestre, e uma cópia do registo publicado será enviada ao Governo Central.

V-A PARTE

Registo de jornais

19A. *Nomeações do Registador da Imprensa e de outro pessoal:*

A Administração do território da União, de Goa, Damão e Diu, poderá nomear um Registador de jornais para o território de Goa, Damão e Diu, bem como nomear demais pessoal, sob a superintendência e fiscalização do Registador da Imprensa, necessário para o desempenho das funções que lhes forem atribuídas por esta portaria, e poderá mediante portaria geral ou especial, determinar quais as funções a serem exercidas pelos mesmos, nos termos desta portaria.

19B. *Registo de jornais:* (1) O Registador da Imprensa deverá manter um registo de jornais na forma indicada.

(2) O registo deverá, na medida do possível, conter os seguintes pormenores acerca de cada jornal

newspaper published in Union Territories of Goa, Daman and Diu, namely:

- (a) the title of the newspaper;
- (b) the language in which the newspaper is published;
- (c) periodicity of the publication of the newspaper;
- (d) the name of the editor, printer and publisher of the newspaper;
- (e) the place of printing and publication;
- (f) the average number of pages per week;
- (g) the number of days of publication in the year;
- (h) the average number of copies printed, the average number of copies distributed free to the public, the average being calculated with reference to such period as may be prescribed;
- (i) retail selling price per copy;
- (j) the names and addresses of the owners of the newspaper and such other particulars relating to ownership as may be prescribed.
- (k) any other particulars which may be prescribed.

(3) On receiving information from time to time about the aforesaid particulars the Press Registrar shall cause relevant entries to be made in the Register and may make such necessary alterations or corrections therein as may be required for keeping the Register up-to-date.

19C. Certificates of registration: On receiving from the judge under section 6 a copy of the declaration in respect of a newspaper, the Press Registrar shall cause relevant entries to be made in the Register in respect of the newspaper and shall, as soon as practicable thereafter, issue a certificate of registration in respect of that newspaper to the publisher thereof.

19D. Annual statement, etc., to be furnished by newspapers: It shall be the duty of the publisher of every newspaper:

- (a) to furnish to the Press Registrar an annual statement in respect of the newspaper at such time and containing such of the particulars referred to in sub-section (2) of section 19B as may be prescribed;
- (b) to publish in the newspaper at such times and such of the particulars relating to the newspaper referred to in sub-section (2) of section 19B as may be specified in this behalf by the Press Registrar.

19E. Returns and reports to be furnished by newspapers: The publisher of every newspaper shall furnish to the Press Registrar such returns, statistics and other information with respect to any of the particulars referred to in sub-section (2) of section 19B as the Press Registrar may from time to time require.

19F. Right of access to records and documents: The Press Registrar or any gazetted officer authorised by him in writing in this behalf shall, for the purpose of the collection of any information relating to a newspaper under this Order, have access to any relevant record or document relating to the newspaper in the possession of the publisher thereof, and may enter at any reasonable time any premises where he believes such record or document to be and may inspect or take copies of the relevant records or documents or ask any question necessary for obtaining any information required to be furnished under this Order.

publicado no território da União, de Goa, Damão e Diu:

- (a) o título do jornal;
- (b) a língua em que o jornal é publicado;
- (c) a periodicidade da publicação do jornal;
- (d) o nome do redactor, impressor e editor do jornal;
- (e) o local de impressão e publicação;
- (f) o número médio de páginas por semana;
- (g) o número total de dias de publicação durante o ano;
- (h) a média dos exemplares impressos e a média dos exemplares distribuídos gratuitamente ao público, sendo essa média calculada, em relação ao período que for indicado;
- (i) o preço de venda de cada número avulso;
- (j) os nomes e endereços dos proprietários do jornal e quaisquer outros elementos relativos à propriedade que venham a ser exigidos.
- (k) quaisquer outras indicações que forem exigidas.

(3) O Registador da Imprensa, à medida que receber as informações relativas aos pormenores atrás mencionados, anotará as mesmas no Livro de Registo, e poderá fazer nele as alterações e correcções necessárias para ter o Livro de Registo em dia.

19C. Certificados de registo: O Registador da Imprensa, após a recepção da cópia da declaração feita em relação ao jornal, remetida pelo juiz nos termos do artigo 6, anotará os necessários pormenores em relação ao mesmo jornal no Livro de Registo, e passará, logo que seja possível após essa anotação, um certificado de registo em relação àquele jornal, ao respectivo editor.

19D. Relatório anual, etc., a ser enviado pelos jornais: Compete ao editor de cada jornal:

- (a) Enviar ao Registador da Imprensa um relatório anual, dentro do prazo determinado e contendo os pormenores a que se refere a alínea 2) do artigo 19B, que forem exigidos em relação a esse jornal;
- (b) Publicar no jornal, dentro do prazo determinado as informações relativas ao jornal e referidas na alínea 2) do artigo 19B, conforme vier a ser especificado a esse respeito pelo Registador da Imprensa.

19E. Elementos e relatórios a serem enviados pelos jornais:

O editor de cada jornal deverá enviar ao Registador da Imprensa os elementos, dados estatísticos e outras informações relacionadas com os pormenores a que se refere a alínea 2) do artigo 19B, que possam ser exigidos pelo Registador da Imprensa, no decorrer do tempo.

19F. Direito de compulsar registos e documentos:

O Registador da Imprensa ou qualquer oficial graduado por ele autorizado para esse fim, por escrito, terá, para os fins de colher informações em relação a qualquer jornal, acesso a qualquer registo importante ou documento relativo ao jornal que estiver na posse do editor do mesmo e poderá entrar, durante horas convenientes em qualquer local (premissas) onde possa, em seu entender, estar o registo ou documento e poderá examiná-lo ou tirar cópias dos registos ou documentos importantes ou fazer as perguntas necessárias para colher qualquer informação que tenha de ser prestada, nos termos desta portaria.

19G. *Annual report*: The Press Registrar shall prepare, in such form and at such time each year as may be prescribed, an annual report containing a summary of the information obtained by him during the previous year in respect of the newspapers in the Union Territory of Goa, Daman and Diu, and giving an account of the working of such newspapers, and copies thereof shall be forwarded to the Central Government.

19H. *Furnishing of copies of extracts from Register*: On the application of any person for the supply of the copy of any extract from the Register and on payment of such fee as may be prescribed the Press Registrar shall furnish such copy to the applicant in such form and manner as may be prescribed.

19I. *Delegation of powers*: Subject to the provisions of this Order and regulations made thereunder, the Press Registrar may delegate all or any of his powers under this Act to any officer subordinate to him.

19J. *Press Registrar and other officers to be public servants*: The Press Registrar and all officers appointed under this Act shall be deemed to be public servants.

19K. *Penalty for contravention of section 19D or section 19E, etc.*: Penalty for contravention of section 19D or section 19E, etc. If the publisher of any newspaper.

(a) refuses or neglects to comply with the provisions of section 19D or section 19E; or

(b) furnishes or causes to be furnished to the Press Registrar any annual statement, returns, statistics or other information which he has reason to believe to be false; or

(c) publishes in the newspaper in pursuance of clause (b) of section 19D any particulars relating to the newspaper which he has reason to believe to be false, he shall be punishable with fine which may extend to five hundred rupees.

19L. *Penalty for improper disclosure of information*: If any person engaged in connection with the collection of information under this Order wilfully discloses any information or the contents of any return given or furnished under this Order otherwise than in the execution of his duties under this Act or for the purpose of the prosecution of an offence under this Order, he shall be punishable with imprisonment for a term which may extend to six months, or with fine which may extend to one thousand rupees, or with both.

PART VI

Miscellaneous

20. *Power to make rules*: (1) The Administration shall have power to make such rules as may be necessary or desirable for carrying out the objects of this Order, and from time to time to repeal, alter and add to such rules.

(2) In particular and without prejudice to the generality the Administration may make rules:

(a) Prescribing the particulars which a declaration made and subscribed under section 5 may contain;

(b) Prescribing the manner in which copies of any declaration attested by the official seal of a judge may be forwarded to the Press Registrar;

19G. *Relatório anual*: O Registador da Imprensa deverá preparar em cada ano, de maneira e na altura que for indicada, um relatório anual contendo um resumo das informações obtidas por ele durante o ano anterior, em relação aos jornais do território da União, de Goa, Damão e Diu, e prestar um relatório sobre a actividade de tais jornais, enviando cópias do mesmo ao Governo Central.

19H. *Fornecimento de cópias de extractos do Registo*:

O Registador da Imprensa fornecerá a requerimento de qualquer indivíduo, uma cópia de qualquer extracto do Registo mediante pagamento da taxa estabelecida e por forma que vier a ser fixada.

19I. *Delegação de poderes*: De harmonia com as disposições da presente portaria e da regulamentação que vier a ser estabelecida ao abrigo da mesma, o Registador da Imprensa poderá delegar todos ou parte de seus poderes nos termos desta lei em qualquer oficial seu subordinado.

19J. *O Registador da Imprensa e outro pessoal, serão considerados funcionários públicos*.

O Registador da Imprensa e outro pessoal nomeado nos termos desta lei, serão considerados funcionários públicos.

19K. *Penalidade pela contravenção do artigo 19 D ou artigo 19 E, etc.*:

Será punido com multa que poderá ir até Rps. 500/-, pela contravenção do artigo 19 D ou do artigo 19 E, etc., o editor de qualquer jornal que:

(a) recusar ou deixar de cumprir as disposições do artigo 19 D ou do artigo 19 E; ou

(b) enviar ou ser responsável pelo envio ao Registador da Imprensa, de qualquer relatório anual, elementos, dados estatísticos e outras informações que reputa não serem verdadeiras; ou

(c) publicar no jornal, nos termos da alínea (b) do artigo 19 D, quaisquer informações em relação a esse jornal, que reputa não serem verdadeiras.

19L. *Penalidade por revelar informações, imprópriamente*:

Se qualquer indivíduo encarregado de colher informações, nos termos desta portaria, revelar intencionalmente qualquer informação ou o conteúdo de qualquer relatório enviado nos termos desta portaria, a não ser que o faça no desempenho das suas funções, ao abrigo desta lei ou no caso de acção intentada por ofensa contra as disposições desta portaria, será o mesmo punido com prisão que pode ir até 6 meses ou com multa até ao limite de mil rupias, ou com prisão e multa.

VI PARTE

Disposições gerais

20. *Faculdades de promulgar leis*: (1) A Administração terá a faculdade de promulgar as leis que julgar necessárias para a consecução dos fins desta portaria, e de, periodicamente, revogar, alterar ou fazer os aditamentos necessários às referidas leis.

(2) Sem prejuízo das faculdades em geral, a Administração poderá, especialmente, legislar:

(a) determinando quais os elementos que deverão constar da declaração prestada e assinada nos termos do artigo 5;

(b) determinando o modo como as cópias de qualquer declaração confirmada com o selo oficial do juiz devem ser remetidas ao Registador da Imprensa;

(c) Prescribing the manner in which copies of any newspaper may be sent to the Press Registrar under section 11B;

(d) Prescribing the manner in which a register be maintained under section 19B and the particulars which it may contain;

(e) Prescribing the particulars in which an annual statement to be furnished by the publisher of a newspaper to the Press Registrar may contain;

(f) Prescribing the form and manner in which an annual statement under clause (a) of section 19D, or any returns, statistics or other information under section 19E, may be furnished to the Press Registrar;

(g) Prescribing the fees for furnishing the copies of extracts from the Register and the manner in which such copies may be furnished;

(h) Prescribing the manner in which a certificate of registration may be issued in respect of a newspaper;

(i) Prescribing the form in which, and the time within which, annual reports may be prepared by the Press Registrar and forwarded to the Central Government.

(2) All such rules and all repeals and alterations thereof and additions thereto shall be published in the Government Gazette.

21. *Power to exclude any class of books from operation of the Order:* The Administration may, by notification in the Government Gazette, exclude any class of books or papers from the operation of the whole or any part or parts of this Order.

22. (1) Articles 3, 4, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, clause 2 of art. 21 Chapter 7 of the Decree No. 27495 dated the 27th January, 1937 are hereby repealed.

(2) The words «de 12 de Março de 1916» which occur after the words «Decreto n.º 2270» and before the words «quando cometidos», in the article 33 of the Decree No. 27 495, of 27th January, 1937 shall be deleted.

(3) If in the said Decree No. 27495, of the 27th January, 1937, any reference is made to any of the articles repealed by this Order, that reference shall have no effect.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, Goa, July 27, 1962.

(c) determinando o modo de remessa dos exemplares de qualquer jornal ao Registador da Imprensa, nos termos do artigo 11 B;

(d) determinando como deve ser mantido o registo, nos termos do artigo 19 B e os pormenores que dele deverão constar;

(e) determinando quais os pormenores que deverão constar do relatório anual a ser enviado pelo editor de um jornal ao Registador da Imprensa;

(f) determinando a forma como um relatório anual prestado nos termos da alínea (a) do artigo 19 D, ou quaisquer elementos, dados estatísticos e outros esclarecimentos mencionados no artigo 19 E, deverão ser remetidos ao Registador da Imprensa;

(g) determinando as taxas a serem cobradas pelas cópias de extractos do Registo e o modo como tais cópias deverão ser passadas;

(h) determinando o modo como um certificado de registo deverá ser passado, em relação a um jornal;

(i) determinando o modo e o tempo dentro do qual os relatórios anuais deverão ser preparados pelo Registador da Imprensa e enviados ao Governo Central.

(2) Todas as leis, bem como as revogações, alterações e aditamentos às mesmas serão publicadas no *Boletim Oficial*.

21. *Faculdade de excluir qualquer espécie de livros das disposições desta portaria:*

A Administração poderá excluir, mediante despacho publicado no *Boletim Oficial*, qualquer espécie de livros ou jornais, de todas ou parte das disposições desta portaria.

22. (1) São revogados os artigos 3, 4, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, alínea 2) do artigo 21, capítulo 7 do Decreto n.º 27 495, de 27 de Janeiro de 1937.

(2) As palavras «de 12 de Março de 1916» que vão a seguir as palavras «Decreto n.º 2270» e antecedem as palavras «quando cometidos» no artigo 33.º do Decreto n.º 27 495, de 27 de Janeiro de 1937, são consideradas sem efeito.

(3) Se no dito Decreto n.º 27 495, de 27 de Janeiro de 1937, houver alguma referência a qualquer dos artigos revogados por esta portaria, essa referência considerar-se-á sem efeito.

O GOVERNADOR-TENENTE,

T. Sivasankar

Pangim, 27 de Julho de 1962.